



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Intim 240422
10A

18
9 ↓

AA
70000734921
2000/CÍVEL

A4.1

PROCESSUAL CIVIL. LIMINAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. FALTA DE REQUISITOS.

1. Existindo precedente em sentido contrário, não há relevância na alegação de inconstitucionalidade, em caso análogo, e, de qualquer sorte, a existência de risco irreparável, consistente na alegada lesão ao meio ambiente, constitui questão de fato, carente de prova no processo.
2. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

AGRAVO REGIMENTAL

TRIBUNAL PLENO

Nº 70000734921

PORTO ALEGRE

**EXMO. SR. DR. PROCURADOR-GERAL
DE JUSTIÇA,**

AGRAVANTE;

**MUNICÍPIO E CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO LOURENÇO DO SUL,**

AGRAVADOS;

**EXMO. SR. DR. PROCURADOR-GERAL
ESTADO,**

INTERESSADO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, de conformidade com os fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas, que integram o presente acórdão.

Custas, na forma da lei.



19
f

Participaram do julgamento, além do signatário, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Tael João Selistre - Presidente, Sergio Pilla da Silva, Clarindo Favretto, Nilo Wolff, Antônio Carlos N. de Mangabeira, José Eugênio Tedesco, Osvaldo Stefanello, Aristides P. de Albuquerque Neto, Rinaldo Vieira, Vladimir Giacomuzzi, Délio Spalding de A. Wedy, Paulo Moacir Aguiar Vieira, Vasco Della Giustina, Antonio Janyr Dall'Agnol Junior, Maria Berenice Dias, João Pedro Freire, Antonio Guilherme Tanger Jardim, João Carlos Branco Cardoso, Marco Antônio Barbosa Leal, Roque Miguel Fank e Leo Lima.

Porto Alegre, 20 de março de 2000.



Des. ARAKEN DE ASSIS,
Relator.

RELATÓRIO

DES. ARAKEN DE ASSIS (RELATOR) – O Exmo. Sr. Procurador-Geral da Justiça interpõe agravo regimental contra o ato que, na ação direta de inconstitucionalidade, cujo objeto é o art. 2º da Lei 2.374, de 28.12.99, do Município de São Lourenço do Sul, instituindo limites às emissões sonoras naquele burgo, indeferiu a liminar.

Segundo alega, apesar de ao Município caber a possibilidade de suplementar as legislações federal e estadual, no cotejo da norma local com o Decreto 23.430/74, se verifica que o Município de São Lourenço do Sul *disciplinou de forma diversa e menos favorável ao meio ambiente a questão relativa à definição do horário, limites e forma de medição das emissões sonoras*. Por exemplo, enquanto no horário diurno, conforme o decreto, se toleram emissões de até



22
f

60db, a norma local chega a permitir 80db nas zonas industriais

Invocando precedente da 1ª Câmara Cível, deste Tribunal, em ação civil pública, e acentuando o risco de mal irreparável, pois a norma local *poderá produzir situações com significativa carga de lesividade ao meio ambiente*, pediu provimento e concessão da liminar.

Mantive a decisão agravada (fl. 15 verso).

É o relatório.

VOTO

DES. ARAKEN DE ASSIS (RELATOR) – 1. Ao contrário do que alega o agravante, o requisito da relevância dos fundamentos lhes desfavorece, pois o Colendo Órgão Especial, em caso similar e por unanimidade, admitiu a constitucionalidade da lei municipal. Este precedente baseou a respeitável decisão agravada. Os argumentos do agravante se relacionam, profundamente, com o mérito. Assim, serão analisados quando do julgamento da causa.

Também não se encontra demonstrado o risco de mal irreparável, que, no caso, representa típica questão de fato: lesões significativas ao meio ambiente, em razão da alegada permissividade da lei local, no confronto com os limites do decreto estadual

Aliás, ao invocar precedente da 1ª Câmara Cível, originário do julgamento de ação civil pública, o agravante evidencia, no meu modo de entender, a inadequação da ação direta.



21
+

Com efeito, admitida a competência do Município, conforme reconhece o agravante, as hipotéticas consequências lesivas da lei local deverão ser objeto de prova. Do simples confronto entre o decreto e a lei de São Lourenço do Sul não decorre, necessariamente, o regime *menos favorável ao meio ambiente a questão relativa à definição do horário, limites e forma de medição das emissões sonoras* (fl. 9 do agravo regimental). É por isso que, em ação civil pública, na qual a prova é ampla, se chegou à solução diversa; ao mesmo tempo, se põe à mostra que não se cuida de questão estritamente constitucional.

2. Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

(TODOS OS DESEMBARGADORES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.)

SR. PRESIDENTE (DES. TAEI JOÃO SELISTRE) – Agravo Regimental nº 70000734921 – “Negaram provimento ao agravo regimental. Unânime.”